

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 766, DE 2017

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 766, DE 2017

Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº

Substitua-se o texto da Medida Provisória pelo seguinte:

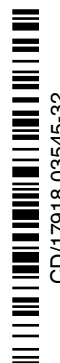
“Art. 1º Poderão ser parcelados, em até 240 (duzentos e quarenta) meses, nas condições desta Lei, os débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e os débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, inclusive o saldo remanescente dos débitos consolidados em parcelamentos anteriores.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se aos créditos constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada.

§ 2º Para os fins do disposto no **caput** deste artigo, poderão ser parceladas as dívidas vencidas até 31 de dezembro de 2016, de pessoas físicas ou jurídicas, consolidadas pelo sujeito passivo, com exigibilidade suspensa ou não, inscritas ou não em dívida ativa, consideradas isoladamente, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

§ 3º Os débitos existentes poderão ser pagos nas seguintes condições:

I – com redução de 100% de multas, juros e encargos legais;



II – computadas as reduções previstas no inciso I deste parágrafo, os optantes poderão liquidar o saldo da dívida com a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, valor a ser determinado mediante a aplicação sobre o montante do prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa da CSLL das alíquotas de 25% (vinte e cinco por cento) e 9% (nove por cento), respectivamente;

III – se houver saldo remanescente após aplicação do disposto nos incisos I e II deste parágrafo, o débito restante poderá ser parcelado em até 240 (duzentas e quarenta) parcelas mensais;

IV – alternativamente ao previsto no inciso III deste parágrafo, o sujeito passivo poderá quitar o saldo apurado por meio de dação em pagamento de imóveis.

§ 4º Na liquidação dos débitos na forma prevista no inciso II do § 3º deste artigo, poderão ser utilizados créditos de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL apurados até 31 de dezembro de 2015 e declarados até 30 de junho de 2016, próprios, do responsável tributário ou corresponsável pelo débito, de empresas controladora e controlada, de forma direta ou indireta, ou de empresas que sejam controladas direta ou indiretamente por uma mesma empresa, em 31 de dezembro de 2015, domiciliadas no País, desde que se mantenham nesta condição até a data da opção pela quitação.

§ 5º Para fins do disposto no § 4º deste artigo, considera-se controlada a sociedade na qual a participação da controladora seja igual ou inferior a cinquenta por cento, desde que existente acordo de acionistas que assegure de modo permanente a preponderância individual ou comum nas deliberações sociais e o poder individual ou comum de eleger a maioria dos administradores.

§ 6º As parcelas serão corrigidas mensalmente pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

§ 7º As parcelas vincendas poderão, a qualquer tempo, ser amortizadas com a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL apurados em exercícios posteriores à adesão, nos termos do previsto no inciso II do § 3º deste artigo.

§ 8º A adesão ao parcelamento de que trata esta Lei independe de apresentação de garantias, mantidas apenas as penhoras já efetivas no âmbito de execuções fiscais de débitos incluídos no referido parcelamento.



§ 9º A manutenção em aberto de 5 (cinco) parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais, implicará, após comunicação ao sujeito passivo, a imediata rescisão do parcelamento e, conforme o caso, o prosseguimento da cobrança.

Art. 2º As empresas cuja recuperação judicial, nos termos dos arts. 51, 52 e 70 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, tenha tido o seu processamento deferido até 31 de dezembro de 2016, poderão parcelar seus débitos em até 240 (duzentas e quarenta) parcelas mensais, mantidas as condições previstas no art. 1º desta Lei, nos seguintes termos:

I – as 60 (sessenta) primeiras parcelas serão pagas calculando-se o valor equivalente 1% (um por cento) sobre o faturamento bruto;

II – o saldo dos débitos existente após a aplicação do inciso I deste artigo será parcelado em 180 (cento e oitenta) parcelas iguais e sucessivas.

§ 1º O valor mínimo da parcela de que trata o inciso I deste artigo não poderá ser inferior ao equivalente a 1% (um por cento) do valor médio do faturamento bruto auferido no exercício de 2016.

§ 2º Os débitos serão atualizados pela TJLP a partir da adesão ao parcelamento especial.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o art. 38 da Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014.”

JUSTIFICAÇÃO

Como é de conhecimento geral, o Brasil atravessa a maior crise econômica após o Plano Real. Já são mais de dois milhões as empresas que encerraram suas atividades nos últimos anos e número de desempregados superam a marca de doze milhões.

Nesse contexto, a proposta de regularização tributária é muito bem vinda, porém, para que ela possa alcançar o maior número possível de contribuintes, inclusive empresas em recuperação judicial, alguns pontos precisam ser adequados.



Assim, sugerimos o seguinte:

a) não exigência de entrada de 20% ou 24%, medida que afasta um grande número de contribuintes, mormente as empresas em recuperação judicial, cujo caixa já se encontra quase que totalmente comprometido;

b) manutenção no parcelamento atrelada apenas a regularidade de pagamento de suas parcelas;

c) ampliação do número de prestações para 240 meses;

d) efetiva redução (100%) das multas, juros e encargos legais;

e) substituição da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic pela TJLP, uma vez que os juros hoje praticados são extremamente altos.

f) cálculo das prestações de empresas em recuperação judicial, nos primeiros anos, em função do faturamento (1%);

g) dispensa de garantias (carta fiança ou seguro garantia), mantidas apenas as penhoras já efetivadas;

h) possibilidade de quitação das parcelas vincendas do parcelamento com prejuízos fiscais acumulados em exercícios posteriores a adesão; e

i) possibilidade de quitação do saldo do parcelamento com a dação em pagamento de imóveis.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos Nobres Parlamentares para a aprovação desta Emenda.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado VALDIR COLATTO

